

Maura Soares

Assunto: Apreciação pública sobre a Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

De: Andreia Nobre Cerqueira <[REDACTED]>

Date: quarta, 23/04/2025 à(s) 10:13

Subject: Apreciação pública sobre a Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores

To: <assuntosparlamentares@arla.pt>

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Dr. Flávio Soares

Venho por meio desta manifestar minha **veemente oposição** à proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que visa permitir atividades de pesca de salto e vara em áreas de proteção total do Parque Marinho dos Açores.

Gostaria de salientar que a proteção integral dessas áreas foi estabelecida com o objetivo de garantir a preservação e recuperação dos ecossistemas marinhos, essenciais para a manutenção da biodiversidade, para o equilíbrio ambiental e para o desenvolvimento sustentável da nossa região. Essas áreas de proteção total representam um compromisso coletivo com a conservação, fundamentado em estudos científicos, processos participativos e em padrões internacionais reconhecidos.

Permitir atividades de pesca, mesmo que de pequena escala, nessas áreas de proteção total, representa um retrocesso na nossa política de conservação e coloca em risco os avanços conquistados até o momento. A introdução de atividades extrativas nessas zonas pode comprometer a integridade dos habitats marinhos, afetar espécies vulneráveis e prejudicar os esforços de recuperação de espécies em declínio. Além disso, essa medida pode gerar conflitos entre diferentes setores económicos, especialmente entre a pesca artesanal e o turismo de natureza, que é uma atividade de grande valor para a economia local e para a imagem internacional dos Açores.

Outro aspeto importante a ser considerado é a fiscalização e o controle dessas atividades. A introdução de atividades de pesca em áreas de proteção total pode dificultar a monitorização e a aplicação de medidas de conservação, colocando em risco a efetividade das políticas ambientais adotadas até aqui.

Diante do exposto, solicito aos nobres deputados que reavaliem cuidadosamente essa proposta, considerando os impactos ambientais, económicos e sociais que ela pode acarretar. Rejeitar essa iniciativa é fundamental para manter o compromisso com a conservação dos nossos recursos naturais, proteger a biodiversidade marinha e assegurar um futuro sustentável para as próximas gerações.

Atenciosamente,

Andreia da Silva Nobre Cerqueira